

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA NONA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL**

No dia 1º de Agosto do ano de dois mil e quatorze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. A Secretária Eliane Parreiras dá início aos trabalhos do dia, agradecendo a atuação de todos os conselheiros no cumprimento do mandato que agora está se encerrando e passa a palavra para Denise Liberato que apresenta as justificativas de ausência e inicia a leitura da ata da última reunião e após o final da mesma, Sula Mavrudis diz que gostaria que ficasse registrada na ata a mediação da SEC para o entendimento entre a Rede de Apoio ao Circo e o Corpo de Bombeiros na questão das vistorias e prazos de validade dos projetos técnicos, o que foi feito. A Secretária Eliane Parreiras esclarece que o governador referido na ata é o governador Antonio Anastasia e não Alberto Pinto Coelho. Feita a correção, a ata é aprovada por unanimidade. É passada a palavra a Janaína Cunha para apresentar o atual cenário da elaboração do Plano Estadual de Cultura. Janaína também informa que a próxima reunião com a Câmara Regional Consultiva deve ocorrer por volta do dia 20 de agosto, mas que a mesma deve ocorrer somente quando a minuta do documento final estiver pronta. Rubem dos Reis sugere que o texto do Consec deva ser elaborado por 2 ou 3 conselheiros. Aníbal Macedo fala sobre a urgência da definição de quem fará o texto. Denise Liberato indica que a data limite para isto é o dia 12 de agosto, pois neste dia será divulgado o resultado da eleição. Aníbal sugere que a Secretaria de Educação participe da elaboração do texto. José de Alencar, Iara Felix e Rubem dos Reis se comprometem com a tarefa. Em seguida, Janaína Cunha faz uma apresentação sobre o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais e se compromete com os conselheiros a compartilhar, a título de teste, o link do sistema assim que o mesmo for entregue. Makely Oliveira faz comentários sobre a leitura da ata da reunião passada, à qual não compareceu, salientando que havia sugerido a inclusão de discussões sobre os mecanismos de incentivo na pauta de hoje, mas que, aparentemente, o assunto está vencido. Insiste que os critérios de aprovação dos projetos não estão focados no mérito, mas indiscriminadamente. Afirma que alguns projetos não poderiam ser aprovados por não serem focados na cultura, que muitos são ligados a grandes empresas de produção e cita como exemplo o patrocínio da Ambev ao carnaval e que as barraquinhas patrocinadas tinham a logo da cultura, insistindo que o Consec não pode abandonar o tema. Além disto, cita o risco de o edital da Petrobrás não se efetivar. Rubem dos Reis dá o exemplo de Uberlândia, com base nas informações divulgadas pela SEC, mostrando a concentração de recursos em grandes patrocinadores: um deles fica com 2,6 milhões e 12 outros com 1,6 milhão. E sugere que os mecanismos tenham alguma forma de regulação. Aníbal Macedo concorda que o assunto levantado por Makely Oliveira é muito importante para a classe e sugere que a continuidade das discussões deste tema ocorra no âmbito da Câmara de Fomento e Mecanismos de Incentivo e marcam uma reunião para o dia 08 de agosto. Leonardo Bahia endossa a fala de Aníbal e informa que o assunto foi muito debatido na reunião passada e

49 solicita que a sociedade civil faça proposições sobre o assunto e também concorda que o foro
50 adequado às discussões é a Câmara Temática, de forma que proposições concretas sejam
51 encaminhadas ao Governo do Estado, e esclarece que a questão da Petrobrás foi ocasionada pelo
52 atraso na publicação do edital, que deveria ocorrer em maio e desta forma os projetos poderiam ter
53 sido incluídos. Diz que para questões relativas a mudanças em leis, o caminho correto é o
54 encaminhamento via Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG e que a SEC não
55 promoverá nenhuma ação contrária a isto. Argumenta que o levantamento dos números de
56 Uberlândia deve merecer análise mais cuidadosa, pois pode haver uma recuperação de algum
57 equipamento municipal, que pode mostrar o motivo de uma aparente concentração. Magdalena
58 Rodrigues encaminha proposta de deliberação de que o Consec quer uma mudança na Lei. Makely
59 Gomes sugere que se componha uma comissão que se reúna no intervalo para o almoço e faça um
60 recorte nas proposições que já estão no Plano Estadual de Cultura, que envolvem a mudança na
61 LeiC, e que o Consec faça uma votação sobre o assunto, pois esta é a última reunião deste
62 mandato. Aníbal Macedo pondera que não há quorum para votação, mas que podem encaminhar a
63 solicitação da mudança. Leonardo Bahia pondera que, após o almoço, haverá apresentações da
64 Rede Minas e da Rádio Inconfidência e, por isto, estas discussões deveriam ficar para após as
65 apresentações. Tatiana Nonato, integrante da Comissão Eleitoral do Consec, faz uma apresentação
66 do atual status do processo de eleições do Consec, ressaltando que a indicação de membros para os
67 segmentos que não apresentaram candidatos será feita pelos conselheiros reconduzidos à SEC,
68 após ouvirem os seus pares. É passada a palavra à Manuella Machado, Diretora de Interiorização,
69 para a apresentação do balanço prévio do programa Minas Território da Cultura. Por solicitação do
70 conselheiro Aníbal Macedo, Manuella Machado discorre sobre os objetivos da SEC com a
71 implantação dos Fóruns Permanentes e sobre o processo de regionalização que permitirá o
72 intercâmbio entre as regiões. Após pausa para almoço, Eliane Parreiras informa sobre o resultado
73 do programa Estado em Rede, em que a cultura aparece citada espontaneamente como uma ação
74 pública relevante. A palavra é passada ao presidente da Rádio Inconfidência, Valério Fabris, para
75 fazer uma apresentação sobre o papel da rádio. Eliane Parreiras agradece a apresentação, manifesta
76 o orgulho de a rádio fazer parte do Sistema Estadual de Cultura, e apresenta Júlio Miranda,
77 presidente da Rede Minas, para uma apresentação sobre a televisão. Makely Oliveira fala sobre
78 comentários da classe cultural sobre o momento difícil da Rede Minas, da redução da programação
79 cultural de 15 horas para 07 horas diárias, dos programas culturais que saíram da grade, critica a
80 saída da Rede Brasil e entrada da TV Cultura SP. Júlio Miranda contesta algumas críticas e
81 argumenta que o Jornal da TV Cultura tem o formato do que ele pensa ser um jornal de emissora
82 pública, contextualizando a notícia e explicando detalhes dos acordos de cooperação entre as
83 televisões e enfatiza o momento de transição da Rede Minas com dificuldades de produção e
84 operação. Aníbal Macedo pergunta qual o valor necessário para uma emissora funcionar em
85 termos ideais, diz que o Consec deveria visitar a Rede Minas e a Rádio Inconfidência e verificar se
86 poderia ocupar algum espaço nelas. Júlio Miranda diz que está de portas abertas, cita o exemplo de
87 Jacutinga, projeto do qual participou, como caso da economia criativa. Jota D'Ângelo cita o caso
88 da televisão de São João D'el Rey e elogia a parceria com a Rede Minas, relata as dificuldades de
89 manter uma televisão no interior e revela que a emissora tem uma audiência boa na cidade. Sula
90 Mavrudis pergunta se os funcionários que não fizeram concurso tiveram esta atitude em função de
91 salários baixos. Júlio Miranda diz que há uma variedade de motivos, que incluem salário, ano
92 eleitoral, dentre outros. Sula Mavrudis e Júlio Miranda trocam informações sobre experiências
93 comuns de ambos na cultura circense. Eliane Parreiras contextualiza a situação da Rede Minas,
94 que foi notificada em 2011, pelo Ministério Público para uma multa pelo não cumprimento de um
95 Termo de Ajustamento de Conduta, que indicava um rompimento imediato da parceria com a
96 ADTV, realização imediata de concurso público, o que implicaria em tirar a televisão do ar. À
97 partir daí, iniciou-se o estudo para definir o modelo possível para manter a Rede Minas. Poder-se-
98 ia modificar o regime jurídico, mas como a outorga da concessão não estava renovada, a mudança
99 institucional era inviável. Face ao impasse, o modelo praticado foi o único factível. Explica à

100 Maria Andrada que em um passado recente foi feito um esforço de capacitação de equipes de
101 jornalismo das repetidoras para padronização do jornalismo e que isto aumentou
102 consideravelmente a quantidade de matérias oriundas das repetidoras. Júlio Miranda informa que o
103 problema das outorgas é nacional, e que será implantado o selo Rede Minas, cujo projeto
104 colaboram Fernando Brant, Nestor Santana e Valério Fabris, além da digitalização de 50.000 horas
105 de produções, que são a memória cultural da Rede. Eliane Parreiras informa que foi defendida
106 junto aos dois Ministérios Públicos, a abertura de espaço para a produção independente, pois
107 também era uma meta do governador Antonio Anastasia e que agora com a realização do concurso
108 público o objetivo é o lançamento de editais com ou sem contrapartida financeira, sendo que os
109 mesmos estão praticamente prontos. Como exemplo, cita o edital do Anima Minas, que já está
110 pronto para entrar no ar. Sérgio Borges pergunta se há interesse da Rede na exibição dos projetos
111 audiovisuais aprovados no Filme em Minas. Júlio Miranda afirma que sim, e que já há
112 entendimentos com a SEC neste sentido, pois a Rede é um espaço de experimentação. A Secretária
113 Eliane Parreiras agradece a participação da Rede Minas e da Rádio Inconfidência na reunião.
114 Aníbal Macedo afirma que, em sua opinião e pela relevância das duas entidades, as mesmas
115 deveriam ter assento permanente no Consec, mas para isto deveria haver alterações legais. Eduardo
116 da Silveira, da Secretaria da Fazenda informa que têm havidos esforços conjuntos da SEFAZ e da
117 SEC, no sentido de se corrigir algumas distorções verificadas no edital da Lei de Incentivo à
118 Cultura deste ano, e solicita que os conselheiros enviem sugestões que visem melhorar ou corrigir
119 tais distorções. Makely Oliveira faz uma leitura do documento preparado para encaminhamento,
120 denominada Carta do Consec. Rubem dos Reis agradece o acolhimento dos colegas neste mandato
121 e elogia o trabalho da Secretária Eliane Parreiras. Jota D'Ângelo pondera que o Fundo não pode
122 crescer em detrimento dos recursos da Lei. Eduardo da Silveira solicita que sejam apresentadas
123 alternativas para as mudanças propostas. Eliane Parreiras diz que quando se fez o monitoramento
124 dos projetos da Lei Estadual e se percebeu o processo de captação esgotado no meio do ano,
125 estudou-se uma alternativa, juntamente com a Secretaria de Estado de Fazenda, o que culminou na
126 edição da resolução conjunta e do edital da dívida ativa. O momento é de busca de alternativas
127 para o edital de 2015 e criação de grupo de trabalho para estudar as propostas factíveis para
128 alteração da Lei. Makely Oliveira se despede e agradece a todos os conselheiros pela convivência.
129 Eliane Parreiras esclarece que a mudança ocorrida em 2009 surgiu à partir de recursos de projetos
130 não aprovados e, à partir destes questionamentos foi construído um parecer jurídico que dizia que,
131 cumpridos os critérios exigidos, passa a ser um direito adquirido. Eliane Parreiras faz um balanço
132 da atuação do Consec durante o mandato 2012-2014 e parabeniza os conselheiros pelo trabalho
133 realizado. Maria Andrada também agradece aos colegas por participar do Consec. Magdalena faz
134 coro nos agradecimentos e diz que nestes anos todos nunca viu uma gestão de cultura com tanto
135 resultado. Nada mais havendo a tratar, o vice-presidente, Aníbal Macedo declara encerrada a
136 reunião.

151
152
153
154